

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO DA PESCA

Data: 16 de agosto de 2006

Local: Sala de Reuniões do Syndarma, Rua Visconde de Inhaúma, 134, sala 1005, Centro, Rio de Janeiro

Participantes: José Roberto de Novaes Moniz de Aragão (Coordenador-DRT-RJ); CMTe José Roberto Paulon Silva (DPC); Jorge Luiz Martins(DPC); CMTe Sérgio Santos Dias de Carvalho (DPC); ALMTe Armando Amorim Vidigal (SYNDARMA); Manuel Julião Serra (FNTTAA); Thomé Cristelo Espogeiro (SAPERJ); José Augusto Carvalho de Mendonça (SAPERJ);

- 1) A reunião iniciou-se com o quorum mínimo necessário.
- 2) Seguindo-se a pauta, foi lida e aprovada a ata da reunião anterior, com modificações na redação do item 11 (onde se lê tonelagem, leia-se arqueação), que segue em anexo com as devidas correções.
- 3) Em seguida o Sr. Coordenador recolocou a proposta de se adotar o regimento interno da CPNA com a adequação das representações e do quorum mínimo necessário para as reuniões (presença de 01 membro de cada bancada). A proposta foi aprovada e segue em anexo.
- 4) A seguir retomou-se o debate sobre o parâmetro a ser adotado para a classificação das embarcações de pesca. A DPC apresentou-se com assessoria técnica. Após intensa argumentação ficou acertado que se adotaria a proposta da Convenção sobre a Pesca da OIT usando-se uma tabela de equivalência aproximada entre Arqueação Bruta (AB) e Comprimento Total (metros).
- 5) Em seguida o Sr. Coordenador agradeceu ao representante do SYNDARMA (Almte. Vidigal) pela a tradução do material da Norma Espanhola para o Português, tradução que servirá de roteiro para elaboração da Norma.
- 6) Passou-se a discussão da Norma tendo sido aprovados a princípio os seguintes artigos que se seguem:

Artigo 1 –Objetivo

1. O presente anexo a Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho Aquaviário -NR 30, estabelece as disposições mínimas de segurança e saúde no trabalho a bordo das embarcações de pesca comercial e industrial, novas e existentes, inscritas em órgão da Autoridade Marítima e licenciadas pelo órgão de pesca competente.

Artigo 2 –Aplicabilidade

1. O presente anexo aplica-se no que couber a todos os pescadores e todos os barcos de pesca que se dediquem a operações de pesca comercial e industrial.
2. Salvo disposições em contrário, este anexo se aplicará integralmente às embarcações de pesca de comprimento total igual ou superior a 12 metros ou Arqueação Bruta equivalente.
3. Para embarcações menores que 12 metros ou Arqueação Bruta equivalente, esta normativa se aplicará naquilo que couber.

Artigo 2 – Definições

Para fins do presente, aplicam-se as seguintes definições:

1. Barco de pesca é toda embarcação de bandeira brasileira, utilizada para fins comerciais para a captura ou para a captura e embalagem de pescado ou de outros recursos vivos do meio ambiente aquático.
2. Barco de pesca novo é toda embarcação de pesca que, a partir da entrada em vigor do presente anexo, não tenha tido seus planos de construção aprovados pela Autoridade Marítima ou quando isto não for exigido, tiver sua quilha batida até 06 meses após a entrada em vigor do presente anexo. A DPC fará um estudo das condições.
3. Barco de pesca existente é toda embarcação de pesca, que não seja um barco de pesca novo.
4. Barco é todo barco de pesca novo ou existente.
5. Trabalhador é toda pessoa que exerce uma atividade profissional a bordo de um barco, inclusive as pessoas que estão em período de formação e os aprendizes, com exclusão do pessoal de terra que realize trabalhos a bordo e dos práticos.
6. Armador é a pessoa física ou jurídica que, utilizando barcos próprios, afretados, arrendados ou cedidos, dentro de qualquer modalidade prevista nas legislação nacional ou internacional, se dedica à exploração dos mesmos, ainda que esta não seja sua atividade principal.
7. Patrão de Pesca é todo trabalhador devidamente habilitado para comandar um barco e administrar as operações de pesca, sendo responsável pela sua operação no mar, rios e lagoas.

Artigo 3 – Obrigações Gerais

1. Os armadores adotarão as medidas necessárias para que:
 - a. Os barcos sejam utilizados sem pôr em perigo a segurança e a saúde dos trabalhadores, em particular nas condições meteorológicas previsíveis, sem prejuízo da responsabilidade do Patrão de Pesca.
 - b. Em caso de acidente a bordo em que haja morte ou desaparecimento, lesão grave ou prejuízo material de grande monta, o Patrão de Pesca deverá elaborar um relatório detalhado do ocorrido. O dito relatório deverá ser enviado, caso requerido, a autoridade laboral competente. Além disso, tais ocorrências serão registradas de forma detalhada no livro de quarto ou, caso ele não exista, em documento específico para esse fim.
2. A fim de preservar a segurança e a saúde dos trabalhadores, o armador fornecerá ao Patrão de Pesca os meios que necessite para cumprir as obrigações que lhe são atribuídas pelo presente Anexo.
3. Os barcos estarão sujeitos a controles periódicos previstos nas demais normas que a eles se aplicam.

Artigo 4 – Disposições mínimas de segurança e saúde nos barcos

1. Os barcos de pesca novos deverão cumprir as disposições mínimas de segurança e saúde previstos no Apêndice I do presente Anexo.
2. Quando se fizerem reparos, reformas ou modificações importantes nos barcos, deverão ser seguidas as disposições mínimas de segurança e saúde previstas no Apêndice I do presente Anexo.
3. Os barcos de pesca existentes deverão obedecer às disposições mínimas de segurança e saúde previstas no Apêndice II do presente Anexo.

Artigo 5 – Equipamentos e manutenção

O armador, sem prejuízo da responsabilidade do Patrão de Pesca, para preservar a segurança e a saúde dos trabalhadores, deverá:

1. Zelar pela a manutenção técnica dos barcos, de suas instalações e equipamentos, especialmente do mencionado nos Apêndices I e II do presente Anexo, e cuidando para que os defeitos observados que possam afetar a segurança e a saúde dos trabalhadores sejam eliminados o quanto antes.
2. Tomar medidas para garantir a limpeza periódica dos barcos e do conjunto de instalações e equipamentos de modo a que se mantenham em condições adequadas de higiene e segurança.
3. Manter a bordo dos barcos os meios de salvamento e de sobrevivência apropriados, em bom estado de funcionamento e em quantidade suficiente, de acordo com as Normas da Autoridade Marítima.
4. Levar em consideração as disposições mínimas de segurança e de saúde relativas aos meios de salvamento e sobrevivência previstas nas Normas da Autoridade Marítima.
5. Levar em consideração as especificações a respeito de equipamentos de proteção individual que constam do Apêndice IV do presente Decreto, sem prejuízo do disposto nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego correlatas.

Artigo 6 – Obrigações a respeito da formação e informação

1. O armador exigirá dos trabalhadores certificado de sua formação e garantirá, sem prejuízo da responsabilidade do Patrão de Pesca, informações adequadas sobre a saúde e segurança a bordo dos barcos, assim como sobre as medidas de prevenção e proteção que sejam adotadas em função da aplicação do presente Anexo.
2. A informação deverá ser compreensível para os trabalhadores.
3. A formação se fará em forma de instruções precisas e compreensíveis. Ela compreenderá, em especial, o combate a incêndios, a utilização de meios de salvamento e sobrevivência e, para os trabalhadores aos quais diz respeito, a utilização dos aparelhos

de pesca e dos equipamentos de tração, assim como os diferentes métodos de sinalização, especialmente os de comunicação por sinais.

4. Novas informações serão ministradas sempre que modificações nas atividades do barco tornem isso necessário.

Artigo 7 – Obrigações a respeito da formação especializada do pessoal que pode comandar um barco

Sem prejuízo do disposto nas normas sobre segurança, saúde e assistência médica a bordo dos barcos, (o Ministério do Trabalho trará os subsídios sobre para as normas de exames médicos dos pescadores)

1. O armador garantirá que toda pessoa contratada para comandar um barco esteja devidamente habilitado pela autoridade competente.
2. A formação profissional especializada incluirá pelo menos os seguintes tópicos :
 - A. Prevenção de enfermidades profissionais e acidentes de trabalho a bordo e as providências que devem ser adotadas em caso de acidentes.
 - B. Combate a incêndio e utilização dos meios de salvamento e de sobrevivência.
 - C. Estabilidade do barco e manutenção da estabilidade em todas condições previsíveis de carga e durante as operações de pesca.
 - D. Procedimentos de navegação e comunicação via rádio.

Artigo 8 – Consulta e participação dos trabalhadores e empregadores

A consulta e participação dos trabalhadores e empregadores, sobre os assuntos a que se refere este Anexo, se dará através de seus representantes no âmbito da Comissão Permanente Nacional Aquaviária-CPNA.

Disposição transitória única – Aplicação do Anexo II

Deverá ser estabelecida uma regra de aplicação para os barcos existentes

Primeira disposição final – Guia técnico

A Fundacentro elaborará e manterá atualizado um Guia Técnico, de caráter não-obrigatório, para a avaliação e prevenção dos riscos relativos à utilização dos barcos de pesca. (verificar com Fundacentro)

Entrada em vigor

O presente Decreto entrará em vigor após a sua publicação no Diário Oficial da União.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, ficando acertada a próxima reunião para o dia 18 de setembro de 2006 das 9:30 às 17:00 horas na sede do SYNDARMA no Rio de Janeiro.

Rio, 16 de agosto de 2006

José Roberto de Novaes Moniz de Aragão
Coordenador da Subcomissão da Pesca